

OCUPAÇÃO DO SOLO GAÚCHO ATÉ A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

FRANCISCO RIOPARDENSE DE MACEDO
Historiador

No ano em que se evoca a Revolução Farroupilha por estar se completando o sesquicentenário da tomada da capital do Rio Grande do Sul pela facção dos liberais de 1835, ocorre a cada estudioso rio-grandense um enfoque especial, fruto das suas preocupações, seus estudos, suas pesquisas.

A Procuradoria-Geral do Estado, através de seu Instituto de Informática Jurídica, reunindo alguns deles, promove um ciclo de palestras que se estenderá até o mês de setembro de 1985. São sete palestras abordando sete aspectos do episódio, desde os antecedentes daquela revolução até o projeto de Constituição que normalizaria o exercício dos direitos políticos.

Posta desta forma a iniciativa da Procuradoria já se pode perceber, embora superficialmente, a importância do que se pretende evocar. O Rio Grande do Sul tem naquele episódio um instrumento de afirmação e avaliação. Os rio-grandenses foram à luta armada para defesa de seus direitos no concerto da família brasileira e chegaram à construção de um modelo de contrato social que seria adequado às suas circunstâncias. Com isto se autodefiniu como unidade típica, justificando sobejamente sua aspiração a um governo federativo.

Tão importante foi o movimento e suas realizações que muitos o consideram como a revelação do gaúcho em contraposição ao gaudério. Não que o acontecimento tenha milagrosamente terminado com o pobre homem sem teto nem nada de seu para uma vida digna, que vivia de propriedade em propriedade alugando sua força de trabalho, mas que definiu, com clareza aquele outro homem rio-grandense, que toma posição, que tem consciência de seus direitos e os defende até o limite da exaustão.

A inclusão do tema que abordaremos neste ciclo de palestras e ensejou a elaboração de um ensaio que, muito longe de ser considerado como de determinismo geográfico deve ser entendido como de estrutura cultural, onde a terra dá ao homem a componente física para sua realização no espaço. Em OCUPAÇÃO DO SOLO GAÚCHO ATÉ A REVOLUÇÃO FARROUPILHA, pois este é o título de nosso trabalho, pretendemos descrever um processo de formação do território que foi palco da luta armada. Mais que isto, tentaremos colocar os parâmetros da edificação do homem rio-grandense pelo balisamento da posse da terra que o enriqueceu como ser e como proprietário. É, enfim, uma tentativa de revelar o que ele defendia.

Tal como em qualquer época ou lugar, o homem penetra com a sua cultura, entendida como o nível que alcançou para a exploração dos recursos naturais, e se fixa na exploração dos valores da terra para a criação da riqueza. Mas no caso do Rio Grande do Sul houve uma particularidade digna de nota, que tornou seu conquistador um tipo diferente dos que ocuparam o resto da colônia. Aqui não havia uma capitania hereditária que lhe desse suporte, estavam a oeste do meridiano do Tratado de Tordesilhas e o propósito primeiro era manter a Colônia do Sacramento, aventura portuguesa no Rio da Prata que custou centenas de vidas em dezenas de anos de luta.

Na verdade, pela metade do século XVII fora concedida a Salvador Correia de Sá, ao sul da posse portuguesa na América, uma capitania cujo limite meridional passava pela zona onde hoje se situa Porto Alegre, mais tarde, já em 1676 (5 de março) foram doadas as restantes áreas ao sul até o Rio da Prata aos filhos e netos daquele donatário, os fidalgos João Correia de Sá e o Visconde de Asseca; mas o fato é que nenhum deles ocupou aquelas vastas propriedades nem providenciou para que em seu nome fosse ocupadas.

O Tratado de Tordesilhas era esgrimido pelos espanhóis contra a fundação da Colônia do Sacramento, mas o Papa Inocêncio XI, pela Bula de 22 de novembro de 1676 havia estendido até o Rio da Prata a jurisdição do bispo do Rio de Janeiro, o que, de certo modo, dava suporte às pretensões portuguesas. E não teria sido por acaso que poucos anos depois do surgimento daquela fundação os jesuítas espanhóis derramavam suas fundações pela área de onde haviam sido expulsos pelos bandeirantes paulistas no começo do século. A respeito comenta Moysés Vellinho: "Bem petrechados agora para as contingências da guerra, os índios missioneiros, sob o comando dos padres garantiriam para a coroa espanhola, ao menos nominalmente, a posse do novo domínio e trariam em constante sobressalto e ameaça a retaguarda dos portugueses..."(1).

A aventura portuguesa no extremo meridional de seus domínios não se fazia apenas com a fundação da Colônia do Sacramento (1680) na margem esquerda do Rio da Prata. Uma faixa ao lado do Atlântico ligava Laguna àquela cidadela e nas proximidades surgiam instalações independentes uma das outras, interessadas na caça ao gado alçado, gado chucro, e comercialização com o norte, especialmente na Feira de Sorocaba. A rigor estas instalações configuravam em seu conjunto um tipo de colônia de produção para atender as colônias de povoamento que avançavam no centro. O propósito era extrair a riqueza da terra, no caso o gado, para atender os interesses da metrópole em São Paulo e Minas. Ao lado, portanto dos interesses do rei português nestas distâncias, surgiam interesses mercantis que traziam para esta área, paulistas, santistas e mineiros instalando suas estâncias para aquele propósito.

Não é possível precisar o momento em que a riqueza desta região passou a interessar o centro da colônia. Parte daquele gado seria originário dos deixados pelos jesuítas ao tempo de sua primeira tentativa de catequese no começo do século, e outra parte, especialmente o muar e cavalari, resultaria do contingente desenvolvido na margem superior do Rio da Prata por *Hernanderias* de Saavedra, antes de subir os afluentes do grande estuário para assumir o governo do Paraguai (2).

Antes da instalação das primeiras estâncias pela proximidade de Viamão já o gado vacum interessava à metrópole pelo couro apenas, estimulando o desenvolvimento de um tipo de aventureiro que caçava o gado alçado em busca daquela riqueza, abandonando o restante — carne, chifre e ossos — nos descampados desta região. Surge, então a figura do líder, contratador de couros, para comandá-los, organizar os rodeios e transporte. Um deles, Cristóvão Pereira de Abreu, destacou-se neste tipo de trabalho, inclusive indicando caminhos e propondo abertura de estradas que facilitassem o escoamento da produção, como foi o adotado pelo sargento-mór Francisco de Souza Faria, iniciado em 1727, ligando o Morro dos Conventos (barra do rio Araranguá) com o planalto paulistano.

Cristóvão Pereira não era um tropeiro qualquer; Cavaleiro da Ordem de Cristo, descendente de Nuno Álvares Pereira possuía brasão e cota d'armas lastreados numa instrução acima da comum (3). Logo participaria da fundação do primeiro núcleo urbano do Rio Grande do Sul.

O CAMINHO LITORÂNEO

Esta a paisagem do extremo sul da colônia brasileira: à beira do Rio da Prata, a Colônia do Sacramento, aventureira fundação portuguesa frente à Buenos Aires; imenso descampado entre ela e Laguna onde atuavam os *predadores de gado* alçado, para extrair o couro ou para transportá-lo até a zona de mineração e numa faixa de terra presa ao litoral ligando as duas nucleações extremas portuguesas surgiram os primeiros colonos de produção, os estancieiros, pretendendo também a criação e o comércio do gado alçado que representava a riqueza principal então conhecida na região.

Esta faixa de terra ligando Laguna à Colônia do Sacramento era o caminho terrestre usualmente percorrido pelos comerciantes, aventureiros e tropas empenhadas no comércio com São Paulo e Minas, em um sentido, e na defesa da extrema fundação portuguesa no sentido oposto.

Um caminho que ia se tornando mais conhecido à medida que os pioneiros sobre ele se referiam medindo jornadas, indicando recursos para sobrevivência, avisando sobre obstáculos e maneira de transpô-los. Um destes pioneiros, Domingos da Figueira, redige em 1703 o primeiro "Roteiro por onde se deve governar quem sair por terra da Colônia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou Vila dos Santos" (4). A certa altura ele registra a primeira solução de continuidade naquela linha — a barra do Rio Grande — onde "é necessário passar em jangada que se há de fazer em ocasião de repona da maré". Segue explicando como se poderá fazer uma jangada com os recursos locais e, mais adiante, em virtude do que então contavam sobre dificuldades na passagem, ele opina: "Advirto que o Rio Grande (canal) em vista do que se diz dele é uma droga; porque assim que a ele chegamos estavam vindo os lobos sair dele para a praia e tornarem a meter-se no rio. Este é muito estreito e o passei em meia hora".

Esta opinião parece corresponder a de uma pessoa que já encontra a jangada pronta. A sua receita para a construção desta jangada seria para a passagem de duas ou três pessoas, pois indicava um comprimento entre três e quatro metros apenas. De qualquer modo o trecho do "roteiro" iridicava efetivamente, ali, uma solução de continuidade no caminho referido.

Esta solução de continuidade determinou, trinta anos depois, a localização de nucleação pioneira da área que logo seria o Rio Grande de São Pedro do Sul.

Os portugueses nunca gozaram de tranqüilidade na sua fundação mais meridional. Os súditos espanhóis do outro lado do Rio da Prata, em Buenos Aires não davam descanso aos que viviam do lado de cá, na Colônia do Sacramento. Em certas ocasiões ameaçavam também instalações portuguesas de Maldonado e de Montevideu, na trilha que ligava Laguna àquela praça. Por outra parte as estâncias portuguesas derramavam-se pelo litoral na língua de terra entre a Lagoa e o Oceano até o canal do Rio Grande e, sentindo-se ali em certa segurança, cantavam as riquezas da região exaltando a coíça da Coroa e incentivando as autoridades à defesa da Colônia do Sacramento.

Com efeito, as colônias de produção (estâncias), presas ao litoral, iam até o canal do Rio Grande, natural solução de continuidade ao longo do caminho que lhes garantia certa segurança. O que havia no interior era quase incalculável como riqueza para todos e cada um, descontados os quintos da Coroa. Toda uma região pouco conhecida, sem limites precisos era denominada com muito propósito de CONTINENTE do Rio Grande de São Pedro do Sul. Era toda uma área relacionada com um conteúdo que justificava o interesse dos dois bandos que aqui representavam a península ibérica.

A FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE

Em outubro de 1735 o Brigadeiro José da Silva Paes, que chegara ao Brasil no início daquele ano teve notícia de outra investida dos espanhóis contra a fundação luza mais meridional. D. Miguel el Salcedo sitiava novamente a Colônia do Sacramento. São enviados socorros em dezembro daquele ano, em janeiro e fevereiro de 1736 e terminou o próprio Brigadeiro, com a autorização do efetivo governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, vindo pessoalmente para defender a Colônia do Sacramento e os presidios (instalações militares) vizinhos, especialmente Maldonado e Montevideu. No caminho encontra Cristóvão Pereira, que trouxera de São Paulo pouco mais de cento e cinquenta homens para assistir Montevideu, e lhe recomenda a fixação na margem esquerda do canal onde deveria tratar de fortificar-se.

Silva Paes cuidava, desta forma, de garantir sua retaguarda e organizar, no ponto que representava a solução de continuidade no grande caminho litorâneo, um presidio que defendesse a área já ocupada pelos luzitanos entre a Lagoa e o Oceano.

Com efeito, recuando dos insucessos de sua missão nas pretensões portuguesas mais meridionais, chega ao canal em 19 de fevereiro de 1737 e ali completa o trabalho de Cristóvão Pereira, tomando duas iniciativas de grande significação: cria um posto avançado ao Sul da lagoa Mirim com recursos locais para defender-se de uma possível agressão e organiza, na retaguarda, em zona já ocupada por estancieiros portugueses, um centro de abastecimento que se tornou a Estância Real de Bojurú.

A iniciativa do Brigadeiro que seguiu a estas providências militares o qualificam como o fundador do Rio Grande do Sul: "na faina de construir redutos para as tropas, depósitos para víveres e mais obras necessárias à fixação, terminaria se afeiçoando à terra que ocupa. É assim que, enquanto Gomes Freire continuava se interessando pelo Rio Grande como colônia de produção, apoiando todo tipo de aventureiro que quisesse para lá ir arrear gado e conduzi-lo para o lado português, Silva Paes preocupa-se em mandar mulheres para fazer casais e pensava mesmo em certo tipo de verdadeiras instalações industriais como curtumes, charque, peixe seco e até mineração" (5).

Sua correspondência insiste nestas providências e de fato alcança a realização de algumas delas que proporcionaram, em menos de dez anos, a transformação do presidio em povoação. O Conselho Ultramarino de Sua Majestade D. João V manda, em documento de 17 de julho de 1747, criar a vila naquelas instalações, o que significava a estruturação administrativa, a organização de um governo civil estruturado em Câmara de Vereadores.

E pela primeira vez foi feita referência, embora vaga, aos limites da região. Quando o documento trata do Termo da nova vila refere-se às confrontações do município: "dividido e assinalado em seu Termo com o da vila de Laguna pela costa do mar e com o da vila de Curitiba pelo Sertão e Serra acima" (6). Não há referência aos limites Sul nem Oeste, mas fixação do Termo é, sem dúvida, uma certidão de nascimento que consagra a jurisdição do governo civil representado pelos oficiais da nova Câmara, que foi solenemente instalada em 16 de dezembro de 1751 (7).

Os limites faltantes na fixação daquele Termo, consagrados por tratados ou demarcados à força, seriam estabelecidos durante os cinquenta próximos anos.

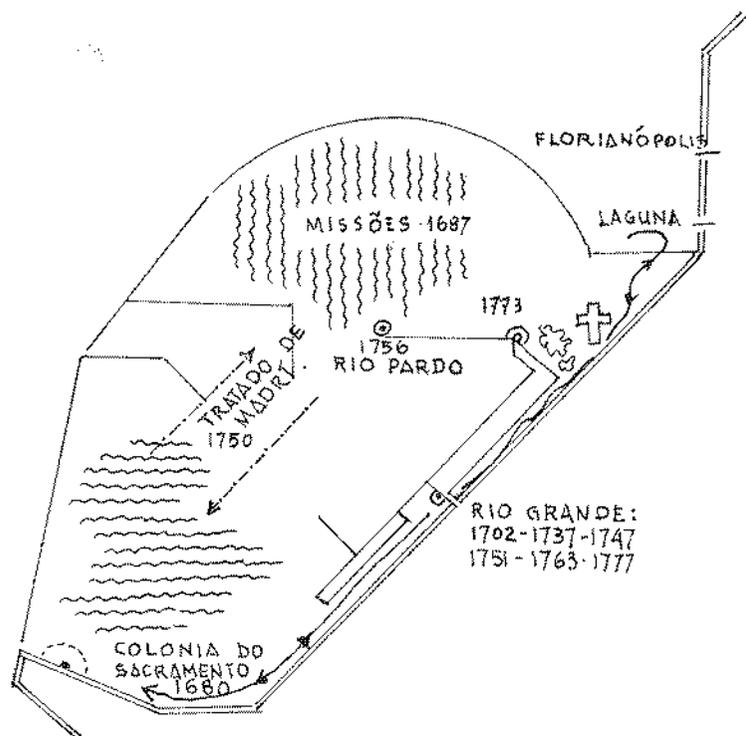


FIGURA 1 Mapa das regiões que correspondem ao Rio Grande do Sul e Uruguai atuais, mostrando os eventos mais significativos do século XVIII pela posse da terra.

CONQUISTA DO INTERIOR: RIO PARDO E SANTA TECLA

Os limites Oeste e Sul do Continente do Rio Grande de São Pedro teria início no Tratado de Madrid. Os estudos para conclusão deste tratado começaram efetivamente em 1747 com o trabalho de Alexandre de Gusmão, diplomata brasileiro nascido em Santos no ano de 1695 que era, então, Secretário de D. João V, em Portugal. Mas foi só em 13 de janeiro de 1750 que ele foi assinado, e pensava-se que, com isto, estava selada a paz no Brasil meridional entre os súditos da Espanha e os de Portugal.

O essencial para esta pacificação seria a troca de duas áreas que pareciam geradoras do conflito, a da Colônia do Sacramento, defendida pelos lusos, e as Missões, ocupada pelos jesuítas espanhóis. A linha divisória partiria do Monte de Castilhos Grande, ao sul da Lagoa Mirim, passando pelas cabeceiras do Rio Negro, tomaria as nascentes do Ibicuí e pelo seu leito seguiria até a margem oriental do rio Uruguai. Resultaria para Portugal, aproximadamente a atual área do Rio Grande do Sul com exclusão de pequenos trechos de Livramento, Alegrete e Uruguaiana.

A marcação foi feita com extrema lentidão. Quase três anos depois era colocado o primeiro marco divisório pela comissão mista na guarda do Chuí (9 de setembro de 1752) e dali partiram pelo roteiro fixado no tratado até Santa Tecla, nascente do Rio Negro, hoje cidade de Bagé, onde foram barra-

dos pelos índios, sob a liderança de Tiarajú. Aos espanhóis caberia debelar a resistência dos índios, o que não foi feito até março de 1754, quando Gomes Freire começa a desconfiar da sinceridade do Governador de Buenos Aires, Andonaegui, e retira-se com seus Dragões, para a praça do Rio Grande.

Felizmente, nesta altura dos acontecimentos várias iniciativas tinham sido tomadas pelos portugueses para ocupar a área que lhes caberia pelo Tratado de 1750. Os açorianos, que desde 1747 estavam chegando à Ilha de Santa Catarina, hoje Florianópolis, foram chamados em 1752 para aquela finalidade, ficando parte na vila de Rio Grande, cuja instalação vimos acontecer no ano anterior e parte na área fronteira ao delta do Jacuí, no chamado Porto de Viamão, onde acamparam no fim daquele ano.

Na verdade o propósito desta segunda localização não previa ali qualquer instalação definitiva. Não houve intenção de criar nucleação e sim preparar os barcos que deveriam facilitar-lhes a subida do rio Jacuí para ocupar a área das Missões Jesuíticas, que passariam ao domínio português. No entanto, a necessidade de sobrevivência e a longa espera pela decisão levou-os a ocupar terras na margem esquerda do Jacuí, desde o estuário até as proximidades do Rio Pardo, o que favoreceu a Gomes Freire de Andrade instalar-se na foz deste, em lugar adequado a uma fortificação.

A fortaleza de Rio Pardo, construída sobre grande elevação, na confluência do rio de mesmo nome com o Jacuí, tinha as melhores condições para uma defesa efetiva e prolongada; e a ocupação das áreas à margem desse rio, desde Triunfo, favorecia o abastecimento e garantia a retaguarda. Tão importante era aquele baluarte que passou logo a ser considerado como a segunda fronteira do Continente do Rio Grande de São Pedro; e ainda mais: com o Guaíba e Rio Grande compunha outra estrutura do sistema defensivo, em forma de pinça que, daí por diante, funcionaria no sentido de incluir o conteúdo de uma área triangular para o Continente há tanto tempo aclamado.

Esta estrutura triangular seria tão significativa para as circunstâncias da época que sua consolidação se tornou, conscientemente ou não, uma das preocupações dos governos seguintes. Em 1763 os espanhóis ocupam Rio Grande e o Norte (atualmente São José do Norte), obrigando a população destas nucleações a emigrarem, e o próprio Governo civil, isto é, a Câmara de Vereadores, a se instalar em Viamão. Mas o ângulo da "estrutura em pinça" era tão importante para a defesa que em menos de dez anos o Governo se instala a beira do Guaíba, criando a nova Capital do Continente Porto Alegre, 26 de março de 1772.

De Porto Alegre, então, as ordens e os recursos atingiriam com facilidade, por via lacustre e fluvial, os dois extremos da "pinça". O braço mais débil desta, fora restaurado quando em 1765 o Norte foi tomado por José Marcelino de Figueiredo. Poucos anos depois do Governo ser instalado em Porto Alegre a estrutura ainda incluiria importante marco espanhol Santa Tecla, na atual cidade de Bagé, que se rendeu em 24 de março de 1776. Em 7 de abril era festejada a reconquista da cidade do Rio Grande.

A entrega definitiva da Colônia do Sacramento aos espanhóis em 1777, aumentou a população desta vila com os emigrados daquele núcleo português estendendo-se a ocupação de áreas do outro lado do rio São Gonçalo. Nesta época a população já se diferenciava, conforme o registro de Francisco Ferreira de Souza, cirurgião-mór do regimento que participou da Batalha Naval do Rio Grande em 19 de fevereiro de 1776. Segundo ele, havia os que se ocupavam em "laçar", andar a cavalo, correr, fazer parrelhas e arrear" e os outros, que "trabalhavam e reduziam a dinheiro toda a produção da terra". Dividia, assim, a população entre gente ligada à pecuária (caça ao gado alçado) e outra dedicada à agricultura, produzindo feijão, abóbora, trigo, etc. É certo que nesta época já havia um moinho de vento em Rio Grande.

Estava, então, fixada a primeira área efetivamente ocupada: um polígono tendo como vértices Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santa Tecla (Bagé). A tomada de Santa Tecla consagrou o limite mais ocidental da posse portuguesa, limite que foi respeitado nos tratados posteriores. Vencida a indecisão traduzida pelo Tratado de El Pardo, as duas Coroas ajustam o Tratado de Santo Ildefonso (1º de outubro de 1777) que só foi demarcado dez anos depois. Esta demarcação, partindo do Chuí dirigia-se às nascentes do rio Pirai, nas proximidades do antigo Forte de Santa Tecla e dali até às cabeceiras do rio Ibicuí, próximo de Santa Maria.

EXPANSÃO E PRIMEIRA DIVISÃO DO TERRITÓRIO

No grande polígono da posse consolidada e adjacências, a comunidade iniciava sua organização através das capelas filiais até atingir as capelas curadas, verdadeiros pólos através dos quais a administração portuguesa fiscalizava e orientava, consagrando o poder da coroa portuguesa.

Mas neste conseqüente, aquela área se densificava, os problemas se multiplicavam e a administração engatinhava na ânsia de resolver as questões que aumentavam, de uma parte pela constituição de grandes propriedades ao lado de ansejos sem eira nem beira circulando entre elas, de outra parte pela freqüência de atritos diversos aos quais a justiça precária centralizada em Porto Alegre não poderia atender.

Entretanto, o estado de beligerância continuava e certos pontos se tornavam mais perigosos nas mãos dos espanhóis, que continuavam fustigando as posições portuguesas. Dentre estes figuravam alguns dos povos jesuíticos que desde o começo estiveram a serviço deles. Assim, em 1801 o coronel Patrício Correia da Câmara autorizou Manoel dos Santos Pedrosa a hostilizar os castelhanos em São Miguel, capital das Missões e logo se apresentou José Borges do Canto, com vinte companheiros de andanças, desertores por certo, para auxiliar naquela campanha. Borges do Canto, filho de fazendeiro de origem açoriana, era destes homens conhecedores do terreno, com incrível capacidade de orientação, verdadeira expressão da primeira geração de gaúchos, incorporado ao cavalo e inamoldável à disciplina militar. Mas foi com ele e seus amigos que Pedrosa contou para executar a tarefa que Correia da Câmara lhe encomendara. Num golpe de surpresa Pedrosa tomou a pequena localidade de São Martinho enquanto Borges do Canto cercou São Miguel e depois de submetê-la ocupou São João, São Luiz e Santo Ângelo. E para limpar a área de qualquer foco de reação, Pedrosa ainda ocupou os principais passos do Rio Uruguai, completando a conquista do vasto e rico território.

O ano de 1801 foi, portanto, um marco no rosário de dificuldades administrativas. Em poucos dias a tomada das Missões duplicava a área de jurisdição da administração portuguesa aumentando, conseqüentemente, a população que deveria receber assistência. Somou-se, então, aos índios descendentes de espanhóis e portugueses, outra gente de São Paulo, Curitiba e Lages que para lá se deslocaram atraída pelo eldorado missionário.

A criação de capelas filiais nas pequenas nucleações humanas, menores povoados, constituía auxílio importante para a administração civil. Sua lenta transformação em capela curada, isto é, capela com cura permanente, era um avanço tão grande que algumas vezes sua instalação precedia de muito pouco tempo a criação da Câmara de Vereadores.

Através das capelas filiais, portanto, é que se exercia parte da administração civil. Avisos, contribuições, registros diversos, convocações, recreação, obediência e muitas outras tarefas eram cumpridas através da Igreja. Em pouco tempo foi sentida a falta de padres para alimentar a proliferação daquelas capelas e logo se percebeu, pelo isolamento em que alguns dos religiosos viviam, o que representava o crescimento da densidade de população e de ocupação do solo.

Assim degenerou a qualidade de vida em toda a região. Ao lado das dificuldades normais da época somava-se o estado de beligerância e a presença de gaudérios e aventureiros de todo tipo ameaçando a tranquilidade pública.

Os crimes permaneciam imprimes. O braço da justiça sediada em Porto Alegre, não alcançava as distâncias exigidas pelos limites do território. Os juizes de *vintena* e seus oficiais, ligados à Câmara de Vereadores da Capital, única então existente, eram inoperantes para a maioria das ocorrências criminais.

Dai a primeira divisão administrativa solicitada em 1803, que dividiria o Rio Grande de São Pedro em quatro porções, cada uma com a sua vereança e sua jurisdição. A solicitação encaminhada por Paulo José da Silva Gama, então Governador, foi assinada em 4 de dezembro daquele ano, mas foi seguida por um relatório de Domingos José Marques Fernandes, na época sargento-mór em Rio Grande e criador do ofício de Escrivão de Sesmarias (1798) datada de 10 de setembro de 1804 tendo como título *Descrição Corográfica, Política Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul*(8). Na verdade era um relatório em que "pretende dar uma instrução acomodada ao aumento do comércio e recomendar ao soberano e à posteridade os varões célebres da mesma capitania pelas suas ações em serviço do mesmo soberano".

Esta "descrição" ou este relatório é por muitos estudiosos considerado como a primeira história do Rio Grande do Sul e efetivamente o próprio D. João reconhece a importância de seu texto na justificativa para a criação dos quatro primeiros municípios: Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo e Rio Grande, pela provisão real de 7 de Outubro de 1809.



FIGURA 2 Mapa do Rio Grande do Sul com os quatro primeiros municípios, linhas dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso (1750 e 1777), indicação da tomada das Missões (1801) e Santa Tecla marcando o primeiro polígono de penetração.

CRESCIMENTO EM PULSAÇÃO

A criação das quatro primeiras vilas correspondendo à divisão do território, aproximava a administração dos problemas da comunidade rio-grandense. Evidentemente as capelas curadas, que dificilmente poderiam se multiplicar como nos primeiros anos, cederam parte de suas funções à verdadeira administração civil, exercida pelas Câmaras de Vereadores, e a Justiça que até então só era exercida através de Porto Alegre passou a ser distribuída por mais três centros: Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande.

Rio Pardo tinha a maior jurisdição, o que se compreende porque correspondia à área de menor densidade de população, da qual grande parte recém fora incorporada à coroa portuguesa (1801). Rio Grande, primitiva "fronteira", tinha jurisdição sobre outra área importante pela vizinhança com instalações espanholas, e Rio Grande, com Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha constituíam os centros de áreas correspondentes à região mais densamente ocupada pelas estâncias e povoados que nasciam ensaiando rudimentar vida urbana.

As quatro administrações civis criadas em 1809 foram instaladas entre os anos de 1810 e 1811. Constava, entre outras coisas, da eleição dos vereadores, da marcação das ruas principais e do registro das marcas de gado. Representavam centros com jurisdição sobre conjuntos de freguezias ou capelas espalhadas no território correspondente.

As divisões posteriores, que continuam a definição do processo de ocupação do solo rio-grandense, se faz por outras razões. Um caminho para ensaiar explicações é a visão da *velocidade de crescimento do número de municípios*.

Adotemos como início de uma unidade urbana não o momento em que ela se tornou povoação, isto é, que adquiriu seus limites físicos na condição de capela curada ou freguezia, mas sim a data em que adquiriu a capacidade de autogerir-se. Em lugar da infância da nucleação, a sua adolescência. Nos interessará, pois, a época em que a unidade urbana se constituiu em vila ou que nela se instalou o município.

Adotemos, ainda, como data da criação do primeiro município aquela que mandava criar a vila do Rio Grande (1747), a qual já fizemos referência e como a data da criação da última — Porto Xavier — a de 6 de janeiro de 1966, quando havia no Estado 232 municípios (atualmente conta com 244, isto é, 5% a mais do que naquele ano). Temos, então, a diferença de 218 anos que corresponde ao tempo de divisão que criou aqueles 232 municípios. Colocando estes números em coordenadas ortogonais teríamos, para designar o ângulo que a reta unindo o primeiro ao último faz com o eixo horizontal a expressão:

$$\text{tg } a = \frac{232}{218} = 1,064, \text{ isto é, } a = 46^{\circ}47'$$

o que corresponderia à criação de pouco mais de um município por ano. No entanto não foi isto o que aconteceu. Nos últimos doze anos do período que consideramos (5,5% do total) foram criados 140 municípios (60%). Isto quer dizer que o gráfico deveria ter uma inflexão principal em 1954, que dividiria a velocidade de crescimento em duas fases distintas, $\text{tg } a'$ e $\text{tg } a''$

$$\text{tg } a' = \frac{92}{206} = 0,466, \text{ isto é, } a' = 24^{\circ}03'$$

$$\text{tg } a'' = \frac{140}{12} = 11,7 \text{ portanto, } a'' = 85^{\circ}17'$$

Isto quer dizer que uma primeira fase do crescimento (praticamente até o fim da primeira grande guerra) era criado, em média, um município cada dois anos e depois, na segunda fase, eram criados quase 12 municípios por ano. Em outros termos, o crescimento na segunda fase, de apenas 12 anos foi 26,2 vezes maior que na primeira, de 206 anos; quase um crescimento vertical: faltaria apenas $4^{\circ}53'$ para sê-lo.

Interessa-nos, aqui, apenas a primeira fase, de 1747 a 1954.

O crescimento definido pelos $24^{\circ}03'$ cobrindo 206 anos da nossa história não deve ser entendido como uniforme. Nem poderia sê-lo numa área que esteve sujeita a lutas fronteiriças e recebeu contribuições portuguesas e ibéricas naquele período. Vejamos as alterações da velocidade de crescimento nesta fase.

Já vimos que o Presídio do Rio Grande, tornado vila em 1747, deixou de sê-lo com a tomada daquela nucleação pelos espanhóis. E que, então, os limites da região passaram a ser administrados de Viamão e logo depois, Porto Alegre. Em 1809 a área é dividida em quatro unidades permanecendo em Porto Alegre a administração de uma delas.

Aplicando o processo já anunciado para estabelecer a variabilidade na velocidade de urbanização desta fase, agora com a representação, no tempo, da seqüência da divisão territorial, podemos elaborar um quadro analítico daquela fase, mostrando nela as velocidades parciais.

Desde logo percebemos que a uma grande velocidade sucede uma pequena. A criação dos quatro primeiros municípios, que representa uma velocidade de $71^{\circ}25'$ sucede uma de $25^{\circ}25'$, a seguir, a uma de $74^{\circ}14'$ encontramos uma de $12^{\circ}05'$ e assim por diante até a última (1944-1954) depois da qual tem início a segunda fase.

As duas séries, cujos números se alternam, são bem nítidas. O mínimo das máximas é de $43^{\circ}32'$ e o máximo das mínimas é de $25^{\circ}25'$, o que representa um *crescimento em pulsação*; períodos de pequeno crescimento da urbanização, seguido de outros de acelerado aumento do número de unidades. Considerando cada "pulsação" um período específico do crescimento podemos registrar cinco *redes sucessivas de cidades* através dos cortes feitos em 1809, 1858 e 1944.

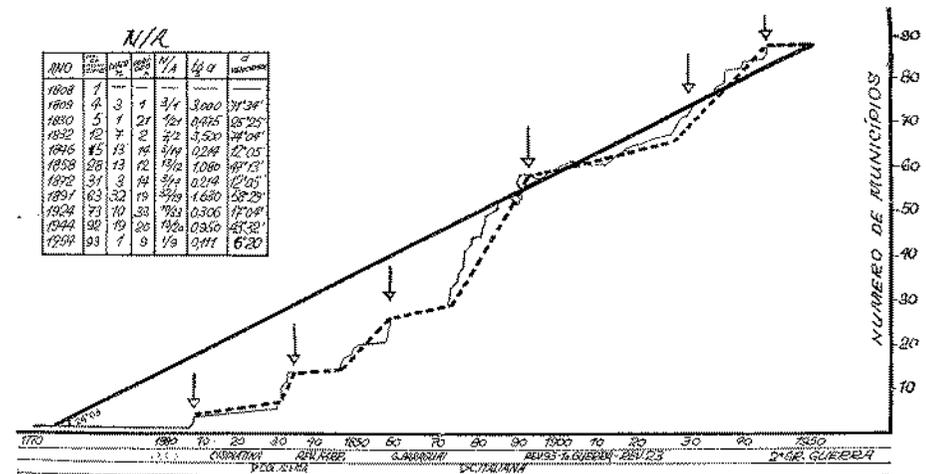
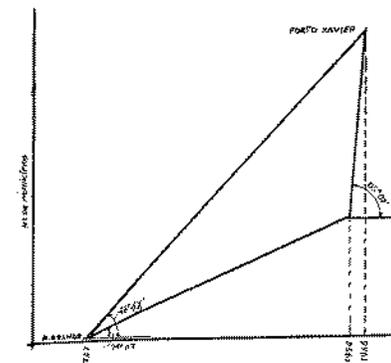


FIGURA 3 Velocidade do crescimento do número de municípios
a) Visão geral dos dois grandes períodos; até 1954 e de 1954 a 1966
b) Pulsações no primeiro período com o quadro das tangentes

O FECHAMENTO DA FRONTEIRA

A primeira destas redes, constante de quatro vilas, após 1809, já foi explicada. A segunda, que mais interessa ao presente trabalho, chamaríamos de *rede urbana que consolida*, pois sua tendência era "fechar" a fronteira, como a seguir constataremos.

A aventura de D. João VI, aconselhado por Dona Carlota Joaquina trouxe para o Rio Grande de São Pedro considerável movimento de tropas. E se no início as forças portuguesas partiam de Bagé, logo outras áreas foram percorridas, inclusive pelos inimigos que na verdade defendiam sua independência e seu modo particular de ser, já escolhido. É fácil de entender o que estes movimentos significaram como alimentação aos núcleos que surgiam na zona de fronteira, precisamente na segurida rede de cidades.

Santana do Livramento, São Gabriel, Cacequi, foram nucleações visitadas pelas tropas de um e de outro lado. Algumas do lado espanhol foram freqüentemente ocupadas pelas tropas portuguesas, como é o caso de Mercedes, sob o domínio do Marechal José de Abreu.

São estes acontecimentos que provocaram e ao mesmo tempo favoreceram o surgimento dos outros três municípios da campanha: *Caçapava, São Gabriel e Alegrete*. Considerando *Cachoeira* e



FIGURA 4 Mapa do Rio Grande do Sul representando os quatorze municípios (4+8)+2, e o polígono envolvente da área de operações.

Triunfo surgidos na mesma "pulsção" verificamos que foi na direção leste-oeste que ocorreu o maior número de subdivisões, uma no município de Porto Alegre e quatro no de Rio Pardo. Rio Grande produziu três novos municípios, Pelotas, São José do Norte, Jaguarão e Santo Antonio da Patrulha nenhum.

Evidencia-se, assim, a significação política do crescimento do número de municípios nesta etapa, cinco correspondem à ocupação do interior ocidental, e três ao fortalecimento da "fronteira do Rio Grande". Tudo isto contribuía para a consolidação de toda a área para a coroa portuguesa.

Na verdade a distribuição destas novas unidades administrativas criava uma linha de "fechamento de fronteiras" correspondendo a uma política de segurança muito bem traçada pelo Marquês de Pombal, conforme se conclui de carta secretíssima que enviou a Gomes Freire de Andrade em 22 de agosto de 1751(9).

Estamos em 1832 com doze municípios. Aos quatro primeiros criados em 1809 somaram-se mais nove. Após aquele ano e antes da Revolução só surgiram mais dois na área das Missões, então sob jurisdição de Rio Pardo: São Borja em 1833 e Cruz Alta em 1844.

Terminara a Guerra da Cisplatina. D. Pedro fora expulso no 7 de abril do ano anterior e a Regência equilibrava-se entre os restauradores de um lado, que pretendiam a volta do imperador expulso, e os nativos que ensaiavam as primeiras reações ao absolutismo manifestando-se por maior autonomia aos governos regionais. Dois anos mais tarde o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 criando as Assembléias Provinciais prometia "atender" a esta aspiração, mas o comportamento do governo central não correspondeu à letra daquele diploma.

É claro que o posicionamento dos rio-grandenses por maior autonomia não era gratuito. Corresponhia à necessidade de resolver por conta própria alguns assuntos de economia regional que eram ignorados pelo governo central. Uma assembléia seña o órgão adequado para que a gente do Rio Grande fosse ouvida pela Regência e, posteriormente pelo próprio D. Pedro.

No entanto a fala do Presidente da Província na sessão de instalação foi uma declaração de guerra aos que a aguardavam com ansiedade, incluindo denúncias caluniosas envolvendo pessoas de destaque na sociedade local e mesmo deputados com assento na Casa.

Um dos atingidos pela fúria do Presidente foi o militar Bento Gonçalves da Silva que ofendido viaja à Corte e faz a necessária comunicação do que aqui estava ocorrendo. Mas o substituto do Presidente aqui já chega envenenado pelas falsas informações recebidas e adota o mesmo procedimento de seu antecessor.

Impunha-se a rebelião, o que aconteceu em setembro de 1835, prolongando-se por nove anos e cinco meses.

Durante este tempo alastrou-se a luta pela área correspondente à segunda rede de cidades no processo de ocupação do solo que acabamos de descrever a qual chamamos de *rede urbana que consolida*. Embora já existissem quatorze municípios foi sobre aquela rede, de 12 apenas, que se desenvolveu a luta, rede que fechava a fronteira onde se destacavam cinco pólos: Porto Alegre, Rio Pardo, Alegrete, Jaguarão e Rio Grande.

* Uma área que, como vimos, se constituiu

- pela penetração litorânea até a Colônia do Sacramento
- pela penetração ocidental até Rio Pardo
- pela conquista de Santa Tecla para a formação da grande "pinça" contra os vizinhos
- pela divisão administrativa para facilitar a distribuição da justiça em 1809
- pela multiplicação dos núcleos urbanos para garantia da fronteira Sul.

* Uma área conquistada palmo a palmo pelo trabalho e pela luta que formara no processo de consolidação um tipo humano chamado gaúcho, que via-se, então, esbulhado em seus direitos e perdidas suas esperanças.

A Terra e o Homem se fizeram mutuamente.

Precisavam revoltar-se e se revoltaram.

Fundaram a República Rio-Grandense e produziram a Epopéia Farrouplha.

18 de julho de 1985

Bibliografia

- (1) VELLINHO, Moysés — Capitania d'el Rei. Coleção Província. Editora Globo, 1964, p. 119
- (2) FELDE, Alberto Zim. Processo Histórico del Uruguai. Montevideo. Uruguai
- (3) PORTO, Aurelio. As Missões Orientais. Imprensa Nacional. Rio, 1943, p.353-370
- (4) FORTES, João Borges. Velhos Caminhos do Rio Grande do Sul. Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do RS, 1938, IV trimestre, p.212
- (5) MACEDO, F. Riopardense de — *In Apresentação a 2ª edição*. O Brigadeiro José da Silva Paes e a Fundação do Rio Grande, General Borges Fortes Edição Erus, 1980, p.13
- (6) Traslado do antigo Foral da Vila de Rio Grande. Arquivo Histórico de Porto Alegre, transcrito do Boletim Municipal da Prefeitura Mun. de Porto Alegre, 1939, 1º trimestre, p. 118
- (7) idem, p.117
- (8) Revista *Pesquisas* do Instituto Anchieta de Pesquisas. Gráfica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. História. n° 13, ano 5, 1967
- (9) XAVIER, Paulo. Ordenação de novos núcleos urbanos. Caderno de Sábado do Correio do Povo. Porto Alegre, 2 de junho de 1978